



## **ENSAIO SOBRE A ANÁLISE “SOCIOLÓGICA” DE ALBERTO TORRES: RELAÇÃO ENTRE A MORALIDADE RELIGIOSA E POLÍTICA NO BRASIL<sup>12</sup>**

*Essay on the “sociological” analysis of Alberto Torres: the relationship between religious morality and political in Brazil*

**Nelson Lellis Ramos Rodrigues<sup>3</sup>**

### **Resumo:**

No presente ensaio retomo a análise “sociológica” que precedeu as ciências sociais no Brasil que abordaram temas – dentre outros – que perpassam a moralidade religiosa (que compunha parte da identidade dos brasileiros em interpretações do final do séc. XIX e início do XX). A influência marcadamente católica no Estado que gerou cobranças em relação ao aspecto da moralidade cristã, mas também envolvimento político do clero religioso e, a ação sócio-econômica das oligarquias que dominavam setores públicos no sentido de criar espaços de interesses mútuos (entre esfera estadual e federal) a fim de que a massa não tivesse condições de estabelecer alguma revolução estrutural, são faces apresentadas dentro de diferentes campos teóricos para historicizar parte de uma identidade aparentemente ainda em construção. Para tal empreendimento, revisito as obras *A Organização Nacional* e *O Problema Nacional Brasileiro* no intuito de destacar a visão de Alberto Torres sobre a interface religião e política, bem como sua crítica acerca de potenciais “tramas perigosas” criadas por uma “religião não controlada”.

**Palavras-Chave:** Alberto Torres. Moralidade. Religião. Política.

### **Abstract:**

In this essay, I bring up the “sociological” analysis that preceded the social sciences in Brazil, which addressed themes – among others – that permeated religious morality (which formed part of the identity of brazilians in interpretations from the late 19th and early 20th centuries). The markedly catholic influence in the state, which generated demands in relation to the aspect of christian morality, but also the political involvement of the religious clergy, and the socio-economic action of the oligarchies that dominated public sectors in the sense of creating spaces of mutual interests (between the state and federal spheres) so that the masses would not be able to establish any structural revolution, are faces presented inside different theoretical fields to historicize part of an identity apparently still under construction. To do this, I revisited the works *A Organização Nacional* and *O Problema Nacional Brasileiro* in order to highlight Alberto Torres vision of the interface between religion and politics, as well as his criticism of potentials “dangerous plots” created by an “not controlled religion”.

<sup>1</sup> Enviado em: 23.03.2024. Aceito em: 19.04.2024.

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro pela concessão de bolsa recém-doutor.

<sup>3</sup> E-mail: nelsonlellis@gmail.com.

**Keywords:** Alberto Torres. Morality. Religion. Politic.

\*\*\*

A moralidade que tem faltado a nossa existência não é tanto essa que se poderia chamar moralidade privada na coisa pública, e que consiste em ter, ou parecer ter, no exercício das funções de governo, as virtudes individuais comuns, e em cujo terreno, com fundamento em certo número de casos, mais numerosos de tempos para cá se alimentam o vício da crítica ociosa e o prazer da difamação, que são as expressões usuais da energia e da reação patriótica, dados pelos nossos dirigentes, ao gosto da opinião brasileira: está na falta de alta moralidade e do alto critério, que devem ser postos em prática na vida pública - a moralidade e o critério que inspiram o zelo pelo estudo, pela reflexão, pela coragem e pela prudência, a lealdade e a rectidão, no culto das idéas, a fidelidade ao dever e aos ideais, a probidade relativa á aspiração e exercícios das posições, a aplicação consciente e reflectida do espirito e da vontade a soluções e programas maduramente concebidos, a aceitação plena e franca das responsabilidades, a justiça aos actos e aos homens, pelo exame sincero e cuidadoso, e não por sympathias de escola ou de inclinação social de qualquer especie: - está na falta desta moralidade a origem dos nossos males...

Alberto Torres<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

O Brasil tem seus registros sobre a interpretação de sua sociedade plural e complexa. Autores que se propuseram discutir a formação do Estado Nacional buscando observar algumas perspectivas dicotômicas, tais como entre poder público x poder privado, patrimonialismo x liberalismo, centralização x descentralização, evidenciaram características próprias no processo de sua construção e como se consolidaram durante o tempo. Já a interface *religião e política* se tornou um campo de estudos crescente na América Latina<sup>5</sup>; e o Brasil, certamente, surge como um dos protagonistas com um cenário de novos atores, em geral oriundos de denominações evangélicas, e que tem mobilizado um conjunto de pesquisadores que visa explicar as tendências e dinâmicas do campo em questão.

Embora segmentos evangélicos cresçam quantitativamente no Brasil, o catolicismo, ainda majoritário, possui grande parcela que faz coro com evangélicos no que refere às pautas relacionadas ao comportamento moral na sociedade; uma das demonstrações disso é o avanço de grupos representativos dos referidos segmentos na Câmara dos Deputados.<sup>6</sup> Portanto, os movimentos da religião cristã em solo tupiniquim, com fortes traços da colonização europeia e do protestantismo de missão<sup>7</sup> – ainda que com atores e coletivos periféricos articulando novas

---

<sup>4</sup> LIMA, A. Saboia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 55.

<sup>5</sup> MORELLO, Gustavo. *Lived religion in Latin America: an enchanted modernity*. Oxford: Oxford University Press, 2021. Há que se considerar que a própria distinção entre política e religião, mundo e religião, trata-se de uma invenção moderna, assim como a própria distinção entre espaço público e espaço privado. SENETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>6</sup> REIS, Lívia. *et al. Um mapa da identidade religiosa dos deputados e deputados federais empossados*. Rio de Janeiro: ISER [on-line], 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2023/um-mapa-da-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-empossados>. Acesso em: 15 de jan. 2024.

<sup>7</sup> ROSA, Wanderley Pereira da. *Por uma fé encarnada: uma introdução à história do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Recriar, 2022.

narrativas e frentes de militância (político-religiosa)<sup>8</sup> –, continuam reafirmando a complexidade da identidade brasileira, cujos conceitos e categorias parecem ser apenas suficientes para analisar recortes de um cenário confuso, repleto de sobreposições de esferas. Assim sendo, visitar autores que antecederam a formação em ciências sociais no país e que, conseqüentemente, iniciaram uma outra sistematização dos processos analíticos da identidade nacional, pode trazer novos ventos e caminhos hermenêuticos para a delimitação proposta neste texto: a de refletir ensaísticamente, quase que descritivamente, acerca da consideração “sociológica” pré-ciências-sociais feita sobre a relação entre religião e política em um Brasil de transformações que (re)moldurava seu modelo de governo.

Para esse exercício lanço mão de Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), que viveu num período de transição na história do país: da monarquia para a república. Torres atuou como Deputado Estadual e Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Interior e Presidente do estado do Rio de Janeiro. Além de abolicionista e republicano, foi nacionalista e pensou numa cultura cívica com a participação efetiva dos cidadãos. Segundo Nelson Saldanha, com Torres e seus seguidores encerrou-se “o ciclo do liberalismo oitocentista brasileiro, que pareceu condenado pelo próprio fato de se haver identificado com as soluções constitucionalistas da Primeira República.”<sup>9</sup>

Com a Proclamação da República, os intelectuais eram marginalizados. Não havia condições de ganhar a vida como escritores por dois motivos principais: a expressiva vinculação de publicação era inexistente e o alto número de analfabetos. Ainda assim, os jornais eram os lugares de engajamento de grandes intelectuais. Torres carregava certo ceticismo, semelhantemente ao seu contemporâneo Machado de Assis, acerca de outros pensadores que divulgavam muitas promessas, porém quase nenhuma influência na área da educação.<sup>10</sup>

Conforme mencionado, a formação em ciências sociais no Brasil inexistia. A primeira faculdade no Brasil foi em 1808.<sup>11</sup> As ciências sociais, que discutiriam – com as categorias que lhe são próprias – a identidade nacional, os traços característicos do povo brasileiro, de sua cultura e política, começaram a partir da década de 1930.<sup>12</sup> Só a partir de então, surgiram leituras específicas na área das ciências sociais (subdivididas pela antropologia, ciência política, sociologia). Muitas dessas leituras eram conduzidas em diálogo com autores da literatura, como fez a primeira geração de cientistas sociais no Brasil: Gilberto Freyre (“Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”), Caio Prado Jr. (“Formação do Brasil

---

<sup>8</sup> Isso sem contar com novas editoras que auxiliam na divulgação de materiais identitários, com títulos que discutem temas sobre gênero, ecologia, feminismo, raça/cor, decolonialidade etc.

<sup>9</sup> SALDANHA, Nelson. Rui Barbosa e o bacharelismo liberal. In: CRIPPA, Adolpho. (Org.). *Ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979, p. 186.

<sup>10</sup> Alberto Torres propôs a “criação de um instituto que se ocupasse dos problemas brasileiros e de uma Universidade Brasileira, que congregaria esse e outros institutos (...). Mais tarde, em 1955, seria fundado, na cidade do Rio de Janeiro, durante o Governo Café Filho, pelo Ministro da Educação Cândido Mota Filho”. (BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. *CADERNO CRH*, Vol. 20, n. 49, 2007, p. 161-167).

<sup>11</sup> O Príncipe Regente Dom João VI instituiu a Escola de Cirurgia da Bahia. Em 18 de fevereiro de 1808 foi fundada a Universidade Federal da Bahia.

<sup>12</sup> Na referida década, os primeiros cursos ocorreram pela Escola Livre de Sociologia de São Paulo (1933); Universidade de São Paulo (1934); Universidade do Distrito Federal e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938).

contemporâneo”), Sérgio Buarque de Holanda (“Raízes do Brasil”). Tinham, para além do diálogo entre sociologia e literatura, o campo da história como lente de interpretação.<sup>13</sup>

## DA INTEGRAÇÃO IDEOLÓGICA

Afinal, o que é o povo brasileiro? Quais os elementos que constituem sua identidade e/ou suas estruturas sociais? Neste recorte, destaco o pensamento de Alberto Torres sobre os valores morais da religião e sua relação com as transformações políticas. As obras *A organização nacional*, *O problema nacional* e *As fontes da vida no Brasil* são as que mais identificam as ideias nacionalistas de Torres. Seus posicionamentos foram descritos como nacionalistas, tendo em vista, por exemplo, suas críticas como deputado sobre projetos que tramitavam para remeter lucros ao exterior; mas também foram interpretados como autoritários.<sup>14</sup> Diga-se de passagem, segundo a socióloga Maria Fernandes,<sup>15</sup> muito da crítica que se faz sobre o autoritarismo de Torres se deve à leitura realizada a partir de Oliveira Vianna.<sup>16</sup> Contudo, sua forma de discutir soluções para o país não estaria em outro plano a não ser o político, tendo como meio fundamental as instituições: o Estado autoritário seria “o único meio de substituir o ‘círculo vicioso’ da representação dos interesses oligárquicos pelo ‘círculo virtuoso’ da representação dos interesses nacionais.”<sup>17</sup>

Influenciado pela Revolução Francesa, Torres buscou observar a realidade brasileira através da razão. A partir dele, que não via as lendas ou os mitos religiosos como pressupostos para a ação na política, um horizonte ajudou a ser consolidado para se discutir o fator moralizador da religião no espaço sociopolítico. Como a razão estava no centro de suas questões, a religião não poderia ser a precursora de qualquer tipo de reforma.<sup>18</sup> Propôs uma representatividade das classes profissionais no setor legislativo na reforma da Constituição de 1891, além da criação de um Poder Coordenador do Estado. Em chave histórica acerca de seu pensamento, a política deveria ter uma “índole orgânica” e deveria se “apresentar e atuar em todos os domínios da vida coletiva”; “a centralização e fortificação do poder político nacional [...] seriam a solução para a organização social e preservação dos direitos e liberdades do povo brasileiro.”<sup>19</sup>

---

<sup>13</sup> O século XIX apresenta um primeiro momento com escritores, como José de Alencar, que escreve um romance de caráter indianista (*O Guarani*); Gonçalves Dias, com *Primeiros Cantos*, que reúne poesias para falar das duas margens do Atlântico e descrever a condição da literatura tanto de Portugal quanto do Brasil; Álvares de Azevedo, que escreve *Lira dos Vinte Anos* e aborda questões sobre desejo, vício, tédio, mas que traz influência do romantismo europeu (Lord Byron, do séc. XVIII-XIX) aqui para o Brasil; Castro Alves, que discute em *Navio Negreiro* a situação da população africana escravizada com a promessa de Novo Mundo e da comercialização dessa gente no período colonial que durou até o séc. XIX; Fagundes Varella, que também falará sobre angústia, solidão, natureza, e o aspecto social e político.

<sup>14</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, ano 7, n. 13, 2005, p. 302-323.

<sup>15</sup> FERNANDES, Maria Fernanda L. Política internacional no pensamento de Alberto Torres. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 23, 2018, p. 434-454.

<sup>16</sup> Torres encerrou o rol de membros dos pensadores da tradição radical (séc. XIX), sendo, nos anos 30, um nome que comporia, na leitura de alguns críticos, o ponto de partida para o pensamento autoritário – tendo Oliveira Vianna como um de seus discípulos. Torres também influenciou outros autores que se filiaram ao movimento integralista, como Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951).

<sup>17</sup> COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. *Lua Nova*, n. 26, 1992, p. 221.

<sup>18</sup> Por outro lado, Oliveira Vianna, seu discípulo, já acreditava na escola de Pierre G. F. Le Play, onde a tradição cristã familiar teria a preeminência de orientar qualquer tipo de reforma.

<sup>19</sup> MATOS, Júlia Silveira. Alberto Torres e a reforma constitucional: o paradigma do autoritarismo x democracia na República Velha. *História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 1, 2010, p. 215.

No campo da dinâmica religiosa, descrevia o país como diverso; ao mesmo tempo denunciava a predominância de um só segmento religioso (igreja católica) com sua *integração ideológica*, isto é, sua intervenção confessional na esfera do Estado. Os direitos civis estariam garantidos quando houvesse liberdade de expressão religiosa, de pensamento, de contrato, de movimento. A tradição religiosa com seu apanágio estatal, repudiada por Torres, foi fundamental para se entender parte da complexa composição nacional brasileira. Por isso a crítica de Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) ao dizer que a política da igreja cristã criava a identidade ligada aos valores morais em detrimento dos valores utilitários.<sup>20</sup> Enquanto isso, Torres visava uma nação utilitária e cosmopolita, cuja influência da religião na consciência moral deveria ser superada.

“O católico pretende submeter os problemas à influência da Igreja e ao espírito de sua filosofia religiosa.”<sup>21</sup> Isso resultaria em interesses egoístas em ação que poderia levar o ser humano à anarquia. Nesse caso, Torres cria que apenas a autoridade forte do Estado teria condições de coibir o descontrole na sociedade.<sup>22</sup> A família e a religião não poderiam governar o Estado porque são esferas que possuem capacidade de colocar pessoas contra outras, gerando, portanto, certo desarranjo social. O pensamento egoísta teria ligações com o cristianismo, uma vez que o desejo de estabelecer certa ordem internacional, com plano individualista, fazia parte de sua pauta. Na ausência da influência do dogma na política, o ser humano teria condições de realizar seus contratos sociais a fim de que pudessem limitar o mal (o próprio orgulho) e resguardarem a vida.

Com a ambição de universalidade religiosa que o Cristianismo envolvia, a noção de pátria emancipou-se do conceito religioso e, submetida, como todas as ideias da Antiguidade, à forja remodeladora da Idade Média, fixou-se, com as nações modernas, numa abstração de duas faces: numa: o cunho intelectual do conceito grego e romano gravou a expressão do nexos afetivo entre o homem e a terra natal: a pátria era o lar do povo; noutra, os costumes militares mantiveram a noção de hostilidade contra os outros povos, feição material do sentimento dos antigos. A pátria ficou sendo, para os povos modernos, a terra da família, e um acampamento militar [...].<sup>23</sup>

O modelo da Idade Média de estruturar o universo ao seu redor não ocupou a mesma potência no Brasil. Ainda que a noção de pátria tenha sido emancipada do conceito religioso, a religião ainda se mostra, respeitando certos limites, indissociável da plataforma política.<sup>24</sup> Observar o efeito da ação “moralizante” da igreja católica no passado e da crescente participação da igreja evangélica no séc. XXI diante do cenário sócio-político, ajuda a confirmar que uma pesquisa que pretenda interpretar a identidade brasileira nos dias atuais e que venha ocultar a interface política/religião, certamente deixará um vácuo em seu relatório. Não apenas o efeito moralizante, mas Torres também apontava que a influência do clero era pernicioso, pois nunca se limitava às questões éticas. Além disso, defendia que a evolução

da nossa espécie produziu e desenvolveu, até hoje, duas instituições, a religião e o militarismo [...]. Outras conseguiram assentar raízes relativamente firmes: o comércio e a

<sup>20</sup> CLARO, Ana Carolina Santos de Jesus. *O conteúdo político conservador do discurso religioso de Alceu Amoroso Lima, nas décadas de 1920 e 1930*. Brasília: UnB, 2023.

<sup>21</sup> SIMÕES, Teotônio. *Repensando Alberto Torres*. Versão e-book: Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/repensando.html>. 2012. p. 103. Acesso em: 15 de jan. 2024.

<sup>22</sup> Essas ideias foram inspiradas no teórico francês e socialista utópico Saint-Simon.

<sup>23</sup> TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 106.

<sup>24</sup> CASANOVA, Jose. *Public Religions in the Modern World*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

família, por exemplo [...]. Se o espírito humano não realizou ainda a operação de diferenciar analiticamente a “associação política”, de forma a destacá-la e separá-la, do mesmo modo que distingue associações de fins industriais, onde há católicos e protestantes, nacionais e estrangeiros, professores e comerciantes, sem que a qualidade religiosa, profissional ou nacional influia, de qualquer modo, no caráter e organização do negócio [...].<sup>25</sup>

Percebe-se a crítica/preocupação em relação à interferência da vida religiosa nas demais esferas públicas. Torres acreditava que a saída para a verdadeira libertação estava em abrir mão de ideias convencionais construídas pelas lendas. E a questão levantada era: como olhar para o real se apenas o “ideal” faz parte da mentalidade do sujeito tomado por mitos? Estes aspectos lembram o conceito de alienação (discutido primeiramente por Ludwig Feuerbach e, posteriormente, por Karl Marx e F. Engels), onde o ser humano não consegue observar a realidade e está tomado pelas necessidades permanentes;<sup>26</sup> por isso, já não consegue realizar as ações de um ator social, uma vez que sua vida está submetida ao controle da vontade de um superior, de um “chefe”. Mesmo com tal expressão crítica, Torres não era alguém que prezava pelo eclipsar da religião, antes, sua proposta era que o Estado não tivesse em sua pauta questões sobre “Deus” ou acerca dos rituais cúlticos, pois suas determinações alijavam da pauta os caminhos concretos de decisões políticas como também exercia força contra o progresso. E por quê? A determinação da religião estava inclinada em adaptar a sociedade real a planos convencionais.

Nos planos deste nosso autor, apenas um Estado forte seria capaz de canalizar energias para satisfazer necessidades coletivas, uma vez que a sociedade em si – inorgânica e dispersa – buscaria satisfazer apenas necessidades de caráter individual. Tão somente a política conseguiria coordenar movimentos sociais subordinados aos interesses comuns da nação.

## DAS TRAMAS PERIGOSAS

Em *A Organização Social*, discute a vida coletiva do país trazendo como caminho comum a soma de esforços através da política – o que não ocorria, em sua visão, com católicos, uma vez que o segmento pretendia submeter todos os problemas à influência da Igreja. Não apenas católicos, mas também espíritas com sua filosofia religiosa. Ou seja, o caráter nacional não deveria nascer de ideias exóticas criadas por elites ou grupos religiosos formados na esteira da economia liberal. Uma sociedade que se refugia na inconsciência mental, substitui a realidade por imagens e símbolos, demonstrando o enfraquecimento de seu espírito. Eis outra forma de pronunciar tal denúncia: “Os povos têm sido moldados à imagem e semelhança de seus chefes, *de seus padres* e de seus sábios”<sup>27</sup> (grifo meu).

Suas ideias enquanto indivíduo que ocupava cargo público, e como intelectual, passam pela importância dada às mudanças que deveriam ser implementadas no país. Por isso, critica associações que se organizam para orientar a sociedade a partir de uma moral ordenadora da vida pública. Encontramos aqui os grupos religiosos, que se baseiam em ações puramente morais e que

<sup>25</sup> TORRES, 1978, p. 20. O conceito de que a sociedade evolui do homogêneo para o heterogêneo é inspirado em Herbert Spencer.

<sup>26</sup> Quanto ao termo “alienação”, Torres o utiliza para colocar em contraposição à consolidação da independência social e econômica. Por um lado, o nacionalismo; por outro, a alienação, que não permite que a nação tome consciência de suas demandas e interesses reais, fazendo-a permanecer em condição de colônia. Portanto, quaisquer elites que não deem a devida atenção à realidade enquanto tal, que não se esforce para lidar com problemas reais da nação, encontram-se em estado de alienação.

<sup>27</sup> TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Brasília: Editora da UnB, 1982, p. 116.

só contribuiriam para a desagregação, distante do ideal de integração social e reforma política estrutural.

O que teria causado esse modo não-integrador e desorganizado? Torres responde: a substituição de uma vida política por um cenário de “fatos alheios à realidade social.”<sup>28</sup> Importante recordar que durante a formação da Assembleia Constituinte de 1933, intelectuais de orientação católica, como Alceu Amoroso Lima, tinham interesse em eleger políticos que fossem comprometidos com as pautas da igreja católica a fim de que a reestruturação política do Brasil fosse influenciada pelos anseios desse segmento.<sup>29</sup>

Não apenas a igreja católica, mas as religiões e outros credos possuíam um movimento enérgico de consciência moral tendendo ao que chamou de *tramas perigosas* para o espírito de nacionalidade e sentimento patriótico, sendo que os objetivos de grupos religiosos estavam em submeter os ideais da nação a seus dogmas. Manifestavam-se como universais, mas não passavam de hostis com membros de outros credos. Eis aí sua moral e filosofia. Contudo, não se tratava apenas de católicos contra protestantes e outros embates; católicos contra católicos, protestantes contra protestantes... provavam a não concretização de uma simples fraternidade entre fiéis do mesmo segmento. Torres percebia que a indiferença à fé ocorria – na história das religiões – dos campos de batalha às lutas políticas internas, revelando o caráter e impotência dessa esfera para realização de um ideal de fraternidade. Ou, se possível, apenas entre aqueles que se limitavam a reconhecer um “nós”.

Estruturalmente, as igrejas reuniam consciências sob uma cartilha moral a fim de exercer coerção social e aplicar princípios para a vida social. E qual o problema levantado? A cartilha moral não coincide com o feitio temporal das sociedades, pois atuam com suas influências em outro diapasão. Líderes confundem moralidade religiosa com interesses materiais comuns da sociedade; à vista disso, a ideia religiosa é pervertida com estímulos partidários, e a crença em divisa facciosa. Religião tornada partido tende a desenvolver seu proselitismo em outros setores: cultura, educação, arte. Dito de outra forma, não estaria no solo das religiões o perigo para os interesses práticos da sociedade, mas quando se deslocam do terreno que lhes é próprio.

Importante ressaltar que Torres não era contra a presença das religiões. A nação poderia coexistir com todas as tendências espirituais; por outro lado, as religiões poderiam se inspirar no avanço da história e da política para aprenderem sobre transição e transformação das instituições no tempo. No setor político, as lutas não poderiam permitir um partido católico ou protestante ou agnóstico – ou seja, baseado em crenças ou não crenças –, porque ideias estabelecidas pela religião (*tramas perigosas!*?) ou por sua ausência são alheias às questões de nacionalidade.<sup>30</sup>

## RELIGIÃO NÃO CONTROLADA

Dez anos antes da revolução, a Igreja Católica (ICAR), que contava em 1889 com 13 dioceses, ampliou para 58. Como não havia mais o amparo de verbas do Estado, a ICAR começou a utilizar

---

<sup>28</sup> TORRES, 1978, p. 57.

<sup>29</sup> CLARO, 2023.

<sup>30</sup> Possivelmente, a concepção de representatividade política em Torres admite as composições da diversidade, contudo, pensando atualmente, a Frente Parlamentar Evangélica seria um retrocesso republicano, uma vez que um representante eleito deveria representar os interesses da nação, e não de um grupo.

novas estratégias, como vagas para a classe média e intelectuais em cargos pastorais, além de criar escolas e institutos de educação, como o Instituto Católico de Altos Estudos (ICAE – hoje, PUC-SP). Na década de 1930 houve uma união extraoficial entre a ICAR e o Estado. Vargas acreditava que a religião poderia ser útil como instrumento político enquanto a ICAR buscou manter o elo político a fim de construir um caminho de legitimação na Constituição de 1934, onde as obras da igreja pudessem ser financiadas pelo Estado e que a educação fosse adequada à confessionalidade.<sup>31</sup> Um país ainda às sombras da influência religiosa.

Torres via a sociedade a partir de suas demandas reais e encontrava na religião um desserviço na ação pública por lutar para que a ideia moralizadora da fé fosse o crivo das ações do Estado. Essa forma de agir descaracterizava a dinâmica plural da sociedade e não levava em consideração a laicidade do país, conquistada pela Constituição de 1891. Enfim, uma *religião não controlada* causaria dissonância social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como interpretar o país neste século de acordo com as temáticas aqui delimitadas após as mudanças constitucionais e o endossamento da laicidade do Brasil em 1988? Embora Alberto Torres fosse um homem de seu tempo, em que medida suas percepções auxiliariam para um olhar crítico do atual cenário brasileiro? Seria possível detectar os ideais da moralidade cristã como crescente no ambiente político? Que tipo de fator moral seria necessário para eleger ou não candidatos a cargos públicos? Quais os atores responsáveis (novas oligarquias – religiosas) por mobilizarem a orientação política? De que maneira perceber esses movimentos? Com quais ferramentas?

Guerreiro Ramos diagnosticou, com as lentes de sua sociologia periférica, o erro de Torres: pensar que a organização do Brasil pudesse ser realizada de cima para baixo; por isso seu conteúdo autoritário. Apegar-se à identidade nacional para explicar a realidade brasileira teria sido outro equívoco apontado. O desafio estaria em perceber a pluralidade dos movimentos atuais? Ou seja, que apesar de um conservadorismo pautado na moralidade religiosa, há também o avanço de frentes religiosas progressistas e identitárias com defesas sobre direitos humanos, ecologia, gênero (feminismo, LGBT+), raça/cor. Ainda assim, fosse na atualidade, Torres destacaria o quanto o identitarismo promove o liberalismo – uma força política exercida sobre indivíduos. O governo deveria assumir uma direção para todos os grupos da sociedade, não apenas de alguns. Na teoria liberal não se atua em todas as esferas da vida social. Portanto, os políticos, as classes dirigentes, teriam a responsabilidade em atuar de forma abrangente, buscando observar e solucionar as demandas e os interesses de *toda* a nação. Isso não significa que havia uma inclinação direta e uma política para adequar o socialismo ao país. Torres insistia em sua crítica tanto ao liberalismo quanto ao socialismo, mas entendia que a organização social deveria ser capaz de coagir indivíduos a um comportamento de cooperação, sem que o dogma religioso interferisse com sua moralidade ou ideologia.

Uma religião controlada poderia ser aquela limitada pelo poder do Estado. Teoricamente, um país laico obedece a tais limites. As oligarquias ligadas às grandes denominações religiosas com seus intentos de representação política colocam em estado de alerta o país. Embora nossa recente Constituição guarde os direitos da própria República, há que se precaver quando o assunto é a “sacralização” de um país onde popularmente se sugere: *cada um por si, Deus por todos*.

<sup>31</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

## REFERÊNCIAS

- BARIANI, Edison. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. *CADERNO CRH*, v. 20, n. 49, 2007, p. 161-167.
- CASANOVA, Jose. *Public Religions in the Modern World*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.
- CLARO, Ana Carolina Santos de Jesus. *O conteúdo político conservador do discurso religioso de Alceu Amoroso Lima, nas décadas de 1920 e 1930*. Brasília: UnB, 2023.
- COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. *Lua Nova*, n. 26, 1992, p. 219-248.
- FERNANDES, Maria Fernanda L. Política internacional no pensamento de Alberto Torres. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 23, 2018. p. 434-454.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.
- LIMA, A. Saboia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- MATOS, Júlia Silveira. Alberto torres e a reforma constitucional: o paradigma do autoritarismo x democracia na república velha. *História: debates e tendências*, v. 10, n. 1, 2010, p. 204-218.
- MORELLO, Gustavo. *Lived religion in Latin America: an enchanted modernity*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- REIS, Livia. *et al. Um mapa da identidade religiosa dos deputados e deputados federais empossados*. Rio de Janeiro: ISER [on-line], 2023. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2023/um-mapa-da-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-empossados>. Acesso em: 15 de jan. 2024.
- ROSA, Wanderley Pereira da. *Por uma fé encarnada: uma introdução à história do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Recriar, 2022.
- SALDANHA, Nelson. Rui Barbosa e o bacharelismo liberal. In: CRIPPA, Adolpho. (Org.). *Ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979.
- SENETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SIMÕES, Teotônio. *Repensando Alberto Torres*. Versão e-book: Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/repensando.html>. 2012. Acesso em: 15 de jan. 2024.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, ano 7, n. 13, 2005, p. 302-323.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Brasília: Editora da UnB, 1982.